ISSN: 2358-8829

O PAPEL DO MST NA SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA DISCUSSÃO COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Jefferson Carneiro de Melo [1]
Carlos Eduardo da Silva [2]
Weslley Albino da Silva [3]
Ana Regina Marinho [4]

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desenvolve um papel relevante na segurança alimentar no território brasileiro por meio da produção de alimentos saudáveis, agroecológicos e sem agrotóxicos. Consoante dados do MST (2025), mais de 450 mil famílias já foram beneficiadas pelo programa de reforma agrária, passando a ter onde residir e produzir alimentos para subsistência e comercialização. Assim, nota-se que o movimento é extremamente atuante e relevante para a sociedade brasileira, uma vez que ações impactam diretamente na promoção do bem-estar social.

Porém, existem indivíduos que desconhecem as contribuições do MST para construção do cenário de segurança alimentar no Brasil, associando seus integrantes apenas a invasores de terra e autores de atos de vandalismo. Nesse contexto, fica evidente que a transmissão de notícias não verdadeiras e ausência de neutralidade jornalística sobre a atuação do movimento ainda continua acontecendo, levando pessoas a julgarem equivocadamente, inclusive o público infanto-juvenil. Diante desse cenário, nasce a seguinte questão problema: De que maneira uma sequência didática sobre o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na segurança alimentar contribui para a desconstrução de estigmas e a formação do pensamento crítico em estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola estadual de Pernambuco?

[1] Graduado pelo Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco - PE, jeffersoncdml@gmail.com;
[2] Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco - PE, eduadocarlos120@gmail.com;
[3] Graduado pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Pernambuco - PE, weslleyalbino@gmail.com;
[4] Professora orientadora: Doutora em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - SP, ana.marinho@upe.br.

ISSN: 2358-8829

A relevância em elucidar tal problemática justifica-se pela necessidade de desconstruir estigmas que são transmitidos de geração em geração sobre a colaboração dos trabalhadores rurais na promoção da segurança alimentar na nação brasileira. No espaço de saber formal, a escola é um ambiente extremamente potente para promover a divulgação de dados reais sobre o tema e desconstruir narrativas falsas de viés preconceituoso. Nesse cenário, este trabalho teve como objetivo promover uma discussão com os estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Pernambuco sobre a importância do Movimento Social Sem Terra para a produção de alimentos

Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa-ação de abordagem quali-quantitativa, estruturada em quatro etapas: questionário diagnóstico inicial, aula expositiva dialógica com recursos audiovisuais, roda de conversa e questionário pós-intervenção, envolvendo 96 estudantes de três turmas do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada na Mata Norte de Pernambuco.

Os resultados demonstraram que, no diagnóstico inicial, cerca de 70% dos estudantes reproduziam estigmas sociais e desconheciam o conceito de segurança alimentar. Contudo, após a vivência mais de 95% dos participantes passaram a reconhecer a relevância do movimento social na produção de alimentos e na garantia de direitos fundamentais. Portanto, conclui-se que a abordagem dialógica de temas sociais, políticos e econômicos na escola são indispensáveis para desconstruir narrativas do senso comum, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítica e cidadã dos discentes.

METODOLOGIA

O trabalho estruturou-se em uma abordagem quali-quantitativa, do tipo pesquisa-ação, com natureza descritiva. Nesse sentido, Thiollent (2011) aponta que a pesquisa-ação tem como foco uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os participantes e os pesquisadores estão envolvidos de alguma forma com a temática. O estudo foi desenvolvido em etapas, visando fazer um diagnóstico inicial da compreensão dos estudantes sobre o tema e estruturar o plano de intervenção. À luz disso, Gil (2008) ressalta que o tipo de percurso metodológico escolhido, ou seja, em etapas, proporciona ao pesquisador analisar os dados iniciais e os resultados ao longo de todo o estudo e fazer ajustes.

ISSN: 2358-8829

A priori, foi aplicado um questionário com 10 questões, sendo 7 de perguntas objetivas e 3 de discursivas. O instrumento foi respondido por 96 estudantes de três do 3° ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Pública Estadual, situada na microrregião da Mata Norte de Pernambuco. Nesse cenário, o questionário foi aplicado com o objetivo de sondar o conhecimento prévio dos discentes acerca do conceito de Segurança Alimentar e mapear as percepções em relação à atuação do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na promoção da segurança alimentar.

Posteriormente, foi realizada uma aula, alinhada aos conteúdos programáticos de Geografia e Sociologia do Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio. Os educandos puderam compreender o processo de formação do MST e seu papel na promoção da Segurança. Para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem foram utilizadas fotografias e vídeos curtos que documentam à atuação do movimento no território brasileiro.

Como desdobramento dessa aula, na terceira etapa, promoveu-se uma roda de conversa em cada uma das três turmas participantes. Esse espaço dialógico buscou contrapor os estigmas identificados no diagnóstico inicial por meio de uma pergunta geradora, permitindo que os estudantes expressassem suas novas reflexões e debatessem criticar as narrativas midiáticas sobre a função social da terra.

Por fim, na quarta etapa, aplicou-se um questionário pós-intervenção para mensurar quantitativa e qualitativamente a eficácia da estratégia metodológica. Os dados coletados foram tabulados e comparados ao diagnóstico inicial, permitindo avaliar a evolução conceitual e a superação dos estereótipos por parte dos discentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL

Historicamente, constata-se que as terras no Brasil sempre estiveram nas mãos de poucas pessoas. A princípio, no período colonial, a Coroa Portuguesa dividiu as terras em 15 lotes, as Capitanias Hereditárias, onde cada faixa territorial era administrada por pessoas da nobreza e militares de confiança. Sob essa conjuntura, foram estabelecidas as Sesmarias, concessões de terrenos menores para os indivíduos que tivessem recursos para administrá-los, visando à produção e à consolidação do povoamento na região.

ISSN: 2358-8829

A Lei n° 601/1850 ou Lei de Terras de 1850 é a gênese para a consolidação de latifúndios no território brasileiro, visto que é o marco legal para nortear a compra de terras públicas disponíveis, proibindo a aquisição por meio da posse (Brasil, 1850). Nesse contexto, imigrantes e negros livres ficaram à margem do processo de posse da terra, pois eram indivíduos descapitalizados. Sobre essa trágica realidade de exclusão, Prado (2012, p. 12) aponta que:

> [...] o objetivo da Lei de 1850 não foi outro senão garantir que, extinto o tráfico negreiro, o trabalhador que chegasse ao país, ou o liberto que aqui já estava, não encontrasse uma alternativa de sobrevivência senão o assalariamento nas fileiras do latifúndio.

Assim, restava a esses grupos vender sua força de trabalho para os grandes fazendeiros, consolidando o sistema de exploração e exclusão que atravessa séculos e perpetua a dependência econômica.

Ao longo dos séculos, o Brasil e o mundo passaram por diversas mudanças de ordem política, econômica e social. Em diversos países, tais modificações acarretaram a democratização do acesso à terra, como fruto do desenvolvimento socioeconômico. Contudo, no cenário nacional, o direito à terra vem sendo consolidado graças à luta e à resistência de camponeses, ao reivindicar do Estado a redistribuição de terras ociosas para o fortalecimento da agricultura familiar.

No século XX, surgiram movimentos organizados por várias regiões da nação brasileira em busca da reforma agrária. Contudo, em meados do século XX, durante o governo dos militares, os pequenos produtores foram duramente excluídos do processo de modernização agrícola, além de privados do direito de organização, expressão e reunião, impostos pela Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional n°5. Assim, os agricultores familiares ficaram à margem do processo de desenvolvimento do campo, já que a modernização seletiva exigia recursos volumosos para investir em maquinário e no uso intensivo de agrodefensivos. Como resultado, intensificou-se o êxodo rural e ampliou a formação de latifúndios e o modelo agrário-exportador.

Entre as décadas de 1970 e 1980, aconteceram as primeiras articulações de camponeses no Rio Grande do Sul contra as arbitrariedades do governo dos militares e a concentração de terras no Brasil. Em 1984, na cidade de Cascavel – PR, os trabalhadores rurais realizaram o 1° Encontro Nacional para formação do movimento social articulado de camponeses, com três objetivos fundamentais: lutar pela reforma agrária, lutar pela terra e lutar por mudanças sociais no país (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

ISSN: 2358-8829

Terra, [s. d.]). Vale destacar também que o movimento social nasceu no período das Diretas Já, momento em que a população brasileira lutava pelo fim da Ditadura Militar e pelo direito de ir às urnas escolher o novo presidente do país.

Para Fernandes (2001), a formação do MST foi uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo, pois buscou integrar o camponês ao sistema produtivo e reduzir as desigualdades sociais. Concomitantemente, a gênese do movimento e as Diretas Já são articulações populares em busca da democracia e do acesso à terra, direitos que foram extirpados no período de regressão institucional.

Com a redemocratização do Brasil através da promulgação da Constituição Federal de 1988, os artigos 184 e 186 apresentam as diretrizes para implementação da Reforma Agrária, que garantem a desapropriação de terras que não estejam cumprindo a sua função social. Todavia, durante a gestão de Fernando Collor os campesinos ainda enfrentavam muita repressão ao tentarem acessar os registros da lei. Mesmo com a criação da Lei Agrária de 1993, no governo de Itamar Franco, as expropriações não tiveram êxito, devido a resistência política e jurídica (Brasil, 1993).

A década de 1990 foi um período extremamente difícil para os integrantes do Movimento Social sem Terra no Brasil. Dentre os imbróglios, destaca-se o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, no Estado do Pará. Na ocasião, os integrantes pressionaram o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pela desapropriação de terras consideradas improdutivas, mas com o tempo longo de espera e sem respostas concretas, fez com que eles marchassem pela rodovia PA-150 em direção a Belém para chamar a atenção do governo estadual. A manifestação foi violentamente reprimida pela polícia militar, resultando na morte de 21 trabalhadores e outros 56 ficaram feridos ou mutilados (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, [s. d.]).

A partir dos anos 2000, o movimento expandiu sua pauta de reivindicações, atuando na matriz produtiva e na sustentabilidade. Com a eleição do presidente Lula, em 2002, os militantes acreditavam que aconteceria uma ampla Reforma Agrária no Brasil. Entretanto, segundo Prado (2012), o sistema agrícola brasileira tornou-se altamente subordinado aos interesses estrangeiros à medida que a produção de commodities passou a depender de inúmeros insumos, tais como: sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos, produzidos por empresas transnacionais. Nesse cenário, nota-se que os volumosos investimentos no campo feitos pelos latifundiários visam ampliar a produção e a produtividade para atender às necessidades do mercado externo. Por outro lado,

embora tenham ganhado espaço e se tornado os principais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, os agricultores familiares ainda enfrentam a falta de financiamento, enquanto resistem às pressões do agronegócio e mantêm a luta por uma reforma agrária popular.

O PAPEL DO MST NA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil é o quinto país de maior extensão territorial do mundo, com espaços que apresentam características bem específicas no que diz respeito ao clima e ao solo, condicionantes para o desenvolvimento agrícola. Ao longo da história as terras brasileiras foram amplamente exploradas para produção de gêneros alimentícios, dando ao país o *status* de agroexportador. Dados recentes da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) (2025), apontam que o Brasil é uma potência agrícola no cenário mundial, com destaque na produção de soja, café, suco de laranja e açúcar. Além disso, sabe-se que a atividade agropecuária impacta positivamente no PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

Contudo, nota-se que os alimentos produzidos no campo não saciam a fome de todos os brasileiros. Apesar de anualmente o país bater recordes de produção, existem milhares de pessoas que não têm o que comer diariamente e/ou não consomem a quantidade mínima de nutrientes necessários para a manutenção do corpo, um cenário de insegurança alimentar. Há décadas, Castro (1946) já pontuava que: “a alimentação do brasileiro tem se revelado, à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos”. Assim, fica evidente que o interesse do agronegócio é atender ao mercado externo, enquanto a fome e a insegurança alimentar permanecem como companheiras diárias de grupos sociais marginalizados.

Diante desse cenário, tem-se de um lado a criação de gêneros agropecuários voltada para o mercado externo e do outro a escassez no prato de famílias brasileiras. No ano de 2002 a Organização das Nações Unidas (ONU) reforçou a alimentação como um direito humano fundamental ao conceituar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):

> O direito à alimentação adequada, é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por

> meio de aquisições financeiras, a alimentos saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais de seu povo e que garantam uma vida digna livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ONU, 2002).

Na busca por garantir esse direito e combater a exclusão social no campo, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), grupo que atua incessantemente em benefício das famílias brasileiras que estão à margem do acesso à terra e à alimentação regular e digna. Ao contrapor o modelo do agronegócio monocultor, o MST atua na democratização do acesso à terra por meio da Reforma Agrária, direcionando os assentamentos e acampamentos para a produção de alimentos diversificados, com forte base na agroecologia e na agricultura familiar, fundamentais para a promoção da segurança e soberania alimentar no país.

Como demonstração prática dessa atuação, é fulcral destacar a liderança do MST na produção de arroz orgânico na América Latina, com expressivo destaque para o Estado do Rio Grande do Sul. Esse cultivo traz notoriedade e autonomia aos assentados, além de projetar o país no cenário internacional ao comprovar a viabilidade técnica e econômica da produção em larga escala sem o uso de agrotóxicos (Instituto Rio Grandense do Arroz, 2022).

Diante disso, evidencia-se a necessidade do suporte governamental adequado aos pequenos produtores rurais por meio de políticas públicas de fomento, uma vez que é a agricultura familiar que efetivamente abastece a mesa da população brasileira com comida de qualidade, enquanto o agronegócio direciona sua produção majoritariamente para a exportação de *commodities*. Logo, reafirma-se a relevância e o impacto decisivo da produção camponesa na garantia da segurança e da soberania alimentar do país (Fernandes, 2001).

Para além da produção regular, a atuação do movimento abrange ações diretas de combate à vulnerabilidade social. Por meio da "Campanha Nacional de Solidariedade", desdobrada em iniciativas como a Jornada Nacional de Lutas, a Campanha "Natal Sem Fome" e as doações de alimentos no Rio Grande do Sul, o movimento doou milhares de toneladas de alimentos em natura, cestas básicas e refeições (Matheus; Souza-Esquerdo; Silva, 2024). Tais ações, intensificadas desde o período da pandemia de 2020, continuam se expandindo e mitigando os impactos da Insegurança Alimentar Grave nas periferias urbanas e rurais.

ISSN: 2358-8829

Evidencia-se, assim, a necessidade de fortalecer as políticas públicas destinadas aos pequenos produtores rurais. Enquanto a maior parte do crédito agrícola (como o Plano Safra) prioriza a produção de *commodities* do agronegócio, programas como o PRONAF (Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Alimentação Escolar) demandam ampliação constante. Afinal, é a agricultura familiar que efetivamente abastece a mesa da população com comida de qualidade, desempenhando papel decisivo na garantia da soberania alimentar e na construção de um país livre da fome (Fernandes, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenha um papel relevante na promoção da segurança alimentar e nutricional no território brasileiro, por meio da luta pela reforma agrária e do incentivo à produção de alimentos saudáveis, com destaque para práticas agroecológicas e sistemas produtivos que buscam reduzir ou eliminar o uso de agrotóxicos. Entretanto, apesar de suas contribuições para a produção de alimentos, a agricultura familiar e a democratização do acesso à terra, observa-se a persistência de representações sociais estigmatizadas acerca do movimento, frequentemente associando seus integrantes à condição de invasores de terras e agentes de desordem social no campo. Essas representações, muitas vezes descontextualizadas dos processos históricos de concentração fundiária e dos conflitos agrários brasileiros, contribuem para a reprodução de preconceitos e dificultam a compreensão do papel político, social e econômico do MST na sociedade brasileira.

No Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio (EM), nos componentes de Geografia e Sociologia, destaca-se dentro dos conteúdos programados a análise dos movimentos sociais e da segurança alimentar. Nessa conjuntura, antes de vivenciar a temática em sala de aula, foi aplicado um questionário diagnóstico para sondar o conhecimento prévio dos estudantes do EM sobre o papel do MST na promoção da segurança alimentar.

A amostragem foi composta por 96 estudantes do 3° ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Pública Estadual, localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Inicialmente foi constatado que aproximadamente 70% dos alunos desconsideravam as

contribuições socioeconômicas do movimento para a sociedade, vinculando sua imagem apenas a invasores e causadores do caos no meio rural. Nesse cenário, nota-se que os estigmas foram registrados também nas questões discursivas, como ilustra o texto da estudante Y: “Acho que os participantes do MST são todos criminosos, pois vivem invadindo a terra das outras pessoas. Eles não procuram emprego e vivem querendo ajuda”. Tal posicionamento deixa claro a influência do senso comum e das narrativas midiáticas na formação da opinião dos adolescentes e jovens, negligenciando os benefícios do movimento na segurança alimentar e na produção agroecológica.

No questionário foi explorado em duas questões o conhecimento prévio dos estudantes sobre o conceito de segurança alimentar. A priori, investigou se eles já tinham ouvido falar em segurança alimentar. Os dados apontam que apenas 30% deles já tinham visto o termo, por meio de livro, telejornal ou rede social. Em contrapartida, cerca de 70% indicaram desconhecer totalmente o termo ou associaram-na à fiscalização sanitária de alimentos. Diante disso, fica evidente a lacuna conceitual na formação dos discentes, pois poucos já tiveram a oportunidade de discutir sobre o direito a uma alimentação adequada para todos. Ademais, evidencia a influência do agronegócio na construção do imaginário social, visto que os meios de comunicação frequentemente priorizam a dimensão mercantil e produtivista do campo em detrimento da função social da terra e do combate à fome.

A partir da aula expositiva sobre a história do MST e suas contribuições para a segurança alimentar, observou-se que grande parte dos estudantes estavam atentos aos dados que foram exibidos. Para ilustrar cenários e contextos, foram expostas fotografias e vídeos curtos sobre a trajetória do movimento e facilitar a compreensão dos conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar, dando ênfase ao primeiro.

Buscando contrapor os estigmas identificados no questionário diagnóstico com as novas reflexões dos estudantes, promoveu-se uma roda de conversa. O espaço de diálogo permitiu observar os novos discursos após a aula expositiva. A partir da seguinte indagação feita pelo mediador: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é relevante na construção da Segurança Alimentar no Brasil ou são apenas invasores de terra?”, notou-se que inúmeros discentes levantaram uma das mãos para responder a pergunta. Para ilustrar algumas perspectivas dos grupos, já que a dinâmica foi desenvolvida em três turmas, serão listadas falas de quatro participantes. A estudante B pontuou: “Depois dessa aula, percebi que minha visão sobre o MST estava totalmente

equivocada, pois eles são indivíduos extremamente resilientes no campo"; em contrapartida, o estudante H ponderou: "A mídia e alguns líderes políticos são responsáveis por manchar a imagem dos sem-terra e não nos informam que eles são responsáveis pela produção da parte de arroz orgânico da América Latina"; seguindo a mesma linha de reflexão, o estudante K destacou: "Infelizmente, sempre ouvi e acreditei que os integrantes do MST são invasores de terra, desocupados e violentos. Depois dessa aula, estou envergonhado por comentários e postagens que já fiz"; por fim, a estudante P concluiu: "Os sem-terra são extremamente fundamentais para expansão da reforma agrária e da segurança alimentar".

Nessa conjuntura, notou-se mudanças significativas na percepção dos discentes após a intervenção pedagógica. No diagnóstico inicial predominavam os estigmas sobre a atuação do MST e após a aula as discussões e reflexões já indicavam que o reconhecimento da importância do movimento na produção de alimentos agroecológicos e na efetivação da segurança alimentar. Diante disso, é fulcral que os estudantes conheçam de fato as frentes de atuação do movimento social e analisem criticamente os seus impactos na sociedade.

Por fim, constatou-se nos dados do questionário pós-intervenção que mais de 95% da amostragem passou a reconhecer a relevância do movimento social na promoção da segurança alimentar no Brasil. Nesse cenário, identificou-se a importância do docente ao desconstruir estereótipos e apresentar dados científicos da atuação do MST, levando-os a analisar criticamente as narrativas hegemônicas que circulam na sociedade e a reconhecer a Reforma Agrária como uma política pública essencial para o desenvolvimento regional e a garantia de direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de propagação de estigmas e desinformações sobre as contribuições dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o presente estudo evidenciou a relevância de estratégias pedagógicas dialógicas no ambiente escolar. Conclui-se que a sequência pedagógica adotada contribuiu para desconstrução do senso comum e a superação de visões estigmatizadas entre os estudantes do 3º ano do Ensino Médio, permitindo-lhes compreender a

centralidade da Reforma Agrária, da agroecologia e da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar no Brasil.

Deste modo, a intervenção evidenciou o papel transformador da escola pública enquanto espaço democrático de acesso ao conhecimento científico e histórico. Ao superar o senso comum e a desinformação midiática, a reflexão crítica sobre a função social da terra e a agroecologia permitiu aos discentes exercer a sua cidadania de forma consciente, reconhecendo a reforma agrária e a agricultura familiar como pilares indispensáveis para a soberania e segurança alimentar no Brasil.

Palavras-chave: Movimento Sem Terra, Segurança Alimentar, Estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

EMBRAPA. **A agricultura brasileira**. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, [2025]. Disponível em: https://www.embrapa.br/vii-plano-diretor/a-agricultura-brasileira. Acesso em: 18 ago. 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA). **Acompanhamento da Safra de Arroz do Estado do RS: Produção Municipal**. Porto Alegre: IRGA, 2025. Disponível em: https://irga.rs.gov.br/safra. Acesso em: 24 ago. 2026.

MATHEUS, Andréia Cristina; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; SILVA, Vitor Gonçalves da. Acesso à terra, solidariedade e a promoção da segurança e soberania alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 31, p. e024014, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.20396/san.v31i00.8677585. Acesso em: 24 ago. 2026.

ISSN: 2358-8829

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nossa História**. [s.d.]. Disponível em: https://mst.org.br/nossa-historia/. Acesso em: 17 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comissão de Direitos Humanos. Relatório do Relator Especial sobre o direito à alimentação, Jean Ziegler. **Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** (E/CN.4/2002/58). Nova York: ONU, 2002. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/459033. Acesso em: 18 ago. 2026.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.